

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

João Carlos Salles Pires da Silva

VICE-REITOR

Páulo César Miguez de Oliveira

ASSESSOR DO REITOR

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I

ISBN 978-85-232-1489-0

MARIA DE LOURDES S. ORNELLAS

LIEGE MARIA SITJA FORNARI

ORGANIZADORAS

ENTRE-LINHAS: EDUCAÇÃO, PSICANÁLISE E ESCUTA

Salvador
EDUFBA
2016

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. de. Sintomas do mal-estar na educação: subjetividade e laço social. In: COLÓQUIO DO LUGAR DE VIDA/LEPSI, 2., 2000. *Anais...* São Paulo: USP, 2000. p. 42-48.
- CECCARELLI, P. R. A patologização da normalidade. *Estudos de Psicanálise*, Aracaju, n. 33, p. 125-136, jul., 2010.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. *Edição Standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Org.). *O livro negro da psicopatologia contemporânea*. São Paulo: Via Lettera, 2011.
- KUPFER, M. C. Educação terapêutica para crianças com TGD: uma alternativa à medicalização da educação. In: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Org.). *O livro negro da psicopatologia contemporânea*. São Paulo: Via Lettera, 2011.
- KUPFER, M. C.; BERNADINO, L.; MARIOTTO, R. M. (Org.). *De bebê a sujeito: a metodologia IRDI nas creches*. São Paulo: Escuta, 2014.
- LACAN, J. *O Seminário 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LACAN, J. *O Seminário 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LAJONQUIÈRE, L. de. *Infância e ilusão (psico)pedagógica: escritos de psicanálise e educação*. 4. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2009.
- ROUDINESCO, E. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- VOLTOLINI, R. O discurso do capitalista, a psicanálise e a educação. *Educação on-line*, 9 de fev. 2009.
- ZUBERMAN, J. Efeitos do discurso capitalista sobre a prática analítica. *Revista BORDAS da Psicanálise*, Salvador. v. 1, n. 1, 2009.

O LUGAR DO SUJEITO E AS TRANSFORMAÇÕES DA INFÂNCIA

Leandro de Lajonquière

Uma primeira leitura do livro de Philippe Ariès (1973), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien regime*, (primeira edição francesa em 1960, primeira edição brasileira em 1978) dá lugar a duas conclusões precipitadas. Por um lado, conclui-se que a infância fora ignorada pelos adultos, até que ela veio a ser descoberta repentinamente na modernidade. Por outro, a noção proposta por Ariès (1973) – o sentimento de infância – é entendida como um indicador do apreço ou do amor adulto para com as crianças.

No entanto, o próprio autor alertou seus leitores do errado dessas conclusões no prólogo que escrevera para a reedição de sua obra, em 1973, bem como em uma entrevista que concedera ao psicanalista Jean-Baptiste Pontalis em 1979. Em ambas as ocasiões, Ariès (1979) ponderou algumas das objeções levantadas por outros historiadores no sentido de ser impossível datar de forma clara e distinta a emergência do sentimento da infância, afirmando, então, tratar-se de uma emergência paulatina. No entanto, continuou afirmando que o dito sentimento é próprio aos tempos modernos, relativizando, assim, as objeções no sentido contrário, baseadas em fatos históricos isolados que, supostamente, ele teria desconhecido. Embora não o tenha dito em estes termos, ele lembrou a seus críticos que um copo com água pela metade está tanto 50% cheio quanto 50% vazio. Finalmente, esclareceu, a aqueles que tomaram o sentimento de infância como indicador do amor adulto, que, simplesmente, não só essa nunca tinha sido a sua ideia, bem como, ainda, que quem assim tivesse lido sua obra, então, nada tinha compreendido.

Mas qual o interesse de voltarmos nesta oportunidade à obra de Ariès (1979)? Porque ela continua sendo, a meu entender, a chave para nos situarmos no debate atual sobre a infância e seus destinos ou, em outras palavras, as novas formas da infância. Pessoalmente, creio que Ariès tanto atirou certo no que viu quanto acertou, também, no que não via e que agora eu posso ver, graças a sua genialidade.

Aquilo que Ariès (1979) descreveu como sentimento de sentimento de infância é mesmo inerente aos tempos modernos, tendo adquirido contornos nítidos, de vez, nos últimos duzentos e cinquenta anos. Isto é importante, pois diz da diferença existente entre os tempos históricos. Mas esse sentimento nada diz do amor ou simpatia adulta pelas crianças, portanto, de nada serve argumentar, como o fizeram alguns críticos, que fulana ou fulano ficaram mais ou menos ressentidos pelo falecimento de uma criança em tempos medievais. E por quê? Pela simples razão que, embora não totalmente independente nos dias de hoje, o sentimento de infância não deve ser confundido nem com o amor, nem com a simpatia dos adultos para com as crianças. O que Ariès (1979) assinalou de forma pioneira, abrindo assim a brecha para uma história das mentalidades, – talvez seguindo, sem o saber, certas pegadas freudianas? – foi que nossa vida cotidiana e seus pequenos detalhes estão em permanente mudança, dando lugar à emergência de sentimentos novos, como, precisamente, aquele objeto de suas preocupações: o relativo à infância. A noção proposta só diz que nossos ancestrais passaram a se ocupar e se preocupar com as crianças e com o futuro das mesmas como nunca o tinham feito antes. Provas dessa preocupação generalizada foram a exclusão das crianças da mundanidade adulta, da qual tinham, até então, participado, e da qual a escolarização da infância e o imperialismo pedagógico foram peças chaves, bem como a preocupação pela sobrevivência das mesmas. Mas, ainda, conforme Ariès responde a Pontalis, rebatendo a crítica de alguns marxistas, não haveria uma chave explicativa para semelhantes mudanças psicológicas, comumente relegadas pelos historiadores.

Em *Figuras do infantil* (2009), creio haver conseguido apresentar uma síntese do que a leitura do livro de Ariès me permitira elaborar nesses anos.

Confesso que encampei – não sem esforço – a ideia sobre a falta de uma chave explicativa única para as mudanças históricas. Coisa nada fácil,

tamanha a vontade teleológica generalizada em se encontrar a explicação das explicações. Por sinal, nem se quer o campo psicanalítico foi – e ainda é – imune a ela: lembre-se a pregnância da ideia do declínio do pai na família, elevada à chave explicativa da marcha ascendente ou descendente da humanidade.¹ Não há chave explicativa, pois não há *telos* algum a ser explicado. Mais ainda, não havendo *telos*, não há, então, desvios: há diferenças que fazem história. Isto é importante, pois não poucos incorrem, não poucas vezes, no descuido de afirmar, por exemplo, que hoje amamos mais as crianças que antes, que hoje somos mais felizes ou menos que antes, que hoje somos mais ou menos família que antes ou, simplesmente, que hoje somos mais humanos ou inumanos que antes. Pois é, parece ser duro parar para pensar, sem ter certeza de onde viemos e para onde é que vamos ou, em outras palavras, é difícil raciocinar considerando a incomensurabilidade entre os tempos, que retira da história, toda moral. Assim sendo, o sentimento de infância, que demorou em vingar tanto quanto a própria modernidade, bem pode vir a esfumar-se no ar como, por sinal, o próprio Ariès o assinalara há quarenta anos na entrevista a Pontalis, dando lugar, assim, a outra coisa diferente da qual não poderíamos predicar ser mais ou menos humana que a precedente.

E claro, que chegados a este ponto, devo confessar que não estou seguro que Ariès viesse a acolher todas as consequências que eu tiro de seu trabalho. Pessoalmente, não posso acompanhá-lo quando fala em termos de descoberta da infância pelos modernos, bem como quando afirma que a velha sociedade tradicional representava mal a criança. Creio que nosso autor não leva até o extremo seu próprio raciocínio. Ariès (1979) continua pensando na existência de uma criança e de uma infância por fora do tempo que, desconhecidas ou mal representadas em uma época, passariam a sê-lo, com devida propriedade, em uma outra posterior. Justamente, não devemos confundir as crianças de carne e osso e com o sentimento de infância. Das primeiras, sempre houve, bem como sempre haverá, na medida em continuemos a trazê-las ao mundo, pouco importando a forma. Ao contrário, o sentimento de infância repertoriado por Ariès é histórico e, nesse sentido,

¹ Tratei da questão em *Figuras do infantil* e recentemente a retomei em Lajonquiere e Pereira (2014).

qualificado de moderno, marcando-se assim a sua transitoriedade. Por outro lado, o sentimento de infância não é nem mais nem menos acorde às crianças de antes, de hoje ou de amanhã. Não há, de fato, conaturalidade entre o primeiro e as segundas. Por sinal, creio ser essa a tese central de meu livro, que pretende desmitificar o fato de as crianças de hoje estarem prestes a perder a infância à qual, naturalmente, fariam jus, conforme o alertam, dentre outros, Neil Postman (1983). Em suma, há crianças de carne e osso sempre no interior do curso da história, a respeito das quais os adultos nutrem os mais diversos sentimentos. Isso posto, não devemos concluir apressadamente que todas as formas históricas de acolhermos as crianças que chegam ao mundo sejam equivalentes entre si ou, em outras palavras, que deem no mesmo para esses seres pequenos.

Nesse sentido, para sair do atoleiro de se afirmar, simultaneamente, a incomensurabilidade dos tempos históricos e a falta de conaturalidade entre crianças e sentimentos adultos, propus a meus leitores, na esteira do que aprendi de/da psicanálise, a ideia de que o mundo adulto produz ou fabrica uma “infância trifásica”.

A matéria-prima para a produção da infância é o *infans*: cria *sapiens*, privada de fala tanto humanamente indeterminada quanto impossibilitada de ser animal. Em suma, *infans* é o nome de uma indeterminação biológica muda lançada ao campo da palavra e da linguagem.

O fato de não termos sido sempre falantes, de termos atravessado a condição de *infans*, faz da infância uma experiência singular, própria à cria *sapiens* e alheia às máquinas e aos animais. A cria *sapiens* é lançada à linguagem, porém, mesmo assim, tem que ser capturada por ela, tem que ser sujeitada. Todavia, a captura não é total, e isto em dois sentidos. Por um lado, a linguagem é capaz de armar circuitos neurônicos, mas não transmuda a natureza orgânica da célula na “materialidade sutil” da linguagem – no dizer de Lacan (1998) –; por outro, instala-se uma diferença no seio mesmo da linguagem, sob a forma de quiasma, entre “língua” e “palavra”.

Sobre a indeterminação *infans*, o mundo adulto produz uma “infância trifásica”: 1) A infância como “tempo” de “espera” simbolizador da dita minoridade da criança com relação ao comércio sexual, aos mundos do trabalho e da política, 2) A infância como realidade psíquica, resultado da conquista de um lugar de palavra em uma história em curso, que toda criança deve

pleitear para, assim, não ficar à beira da estrada, plantada, a ver navios 3) o “real da infância” ou suplemento infantil, que, cindindo a realidade psíquica produzida, abre o conjunto de operações à sobredeterminação. Esse resto infantil não cessa de não se escrever e, portanto, relança sobre si mesmo o processo instituinte de uma infância singular no decorrer do tempo.

Assim sendo, a infância não é nem uma substância psíquica pré-linguística nem uma realidade anistórica. Ela é – retomando a tese de Giorgio Agamben (1978) – a mesmíssima experiência da transcendência da linguagem experimentada por todo aquele que habita a palavra.

Nenhuma criança pode ter uma infância supostamente acorde à sua natureza infantil como se supõe à ligeira. Paradoxalmente, só se pode “ter” uma infância como perdida no *après coup* do esgotamento do tempo de infância instituído pelo mundo adulto. A infância, nesse sentido, é efeito da expropriação operada pela linguagem, pela produção sobre a “cria *sapiens*” de um sujeito como realidade assintótica ou efeito de um cálculo diferencial no discurso.

A infância é objeto de inflexões tanto múltiplas quanto históricas. O fato de tratarmos todas as infâncias produzidas como sendo “a Infância”, no singular, é a prova do caráter tanto universal quanto natural sonhado hoje em dia para a infância. Talvez seja por isso que toda diferença histórica é tida ora como invenção da Infância ora como indicador de seu desaparecimento. Assim sendo, houve, há e continuará a haver infâncias, sempre e quando os adultos continuem a trazer crianças a este mundo, embora, não necessariamente aquela infância, efeito do sentimento adulto repertoriado por Ariès (1979) na modernidade. Os nossos precursores modernos nada descobriram de essencial nas crianças que os predecessores tivessem ignorado; eles simplesmente inventaram aos poucos, e nos pequenos detalhes da vida cotidiana, o que antes não existia e que hoje talvez esteja dando provas de mais de seu esgotamento: uma forma singular de se ocupar e se preocupar com as crianças.

Nesse sentido, nenhuma criança corre o risco de se ver privada da infância, pensada como uma idade natural da vida, inerente ao desenvolvimento natural de suas capacidades – é claro – também naturais. Porém, que hoje o mundo adulto não incorra em um pecado contranatural no que tange à educação das crianças, isso não nos autoriza a dormir tranquilos,

pois, como venho afirmando-o há tempo, os adultos bem podemos fazer da educação de uma criança um fato de difícil acontecimento.

Toda criança deve conquistar para si um lugar de palavra em uma história em curso. Semelhante façanha não lhe é dada de bandeja; a criança deve, precisamente, procurar esse lugar para si à despeito dos sonhos adultos que a sonham em um outro lugar. Para que tal coisa seja possível, a criança deve se lançar à empresa. Pode que sim, pode que não se lance. Lembremos que Freud qualificava toda escolha como inconsciente. Por outro lado, ao mundo adulto, cabe estar embalado por sonhos que tanto devem reservar um lugar quanto serem capazes de aceitar que a criança possa vir a correr-se dele, isto é, que ela possa vir a falar de outro lugar inexistente no *script* sonhado. Nesse sentido, em lugar de reclamarmos pelo desaparecimento de uma forma natural de ser criança, bem como de festejarmos qualquer novidade histórica como sendo o indício da liberação de crianças oprimidas para viverem “seu” mundo ou “sua” cultura infantil, cabe-nos interrogar qual lugar o mundo adulto reserva, hoje, nos seus sonhos, a esses seres pequenos que chamamos crianças.

Aqui reside, precisamente, a utilidade epistemológica do aparelho teórico que, há tempo, propus para pensarmos as vicissitudes da transformação do sentimento moderno de infância e os destinos passíveis de serem descortinados para as crianças.

Em *Figuras do infantil* (2009), propus que as formas dos adultos se endereçarem às crianças poderiam ser três: o estrangeiro, o selvagem e o extraterrestre. No contexto, do aparato conceitual proposto na oportunidade, afirmei ser, o estrangeiro, a única figura do infantil que abre a porta para um destino que não seja funesto para toda criança que chega ao mundo adulto. Ao contrário, as outras duas seriam indicadores de que alguma coisa não cheira bem na infância trifásica. Nem o selvagem, nem o extraterrestre são figuras que sentam bem a uma criança. Não por exprimirem uma contra natureza infantil, mas pelo simples fato de ser o produto de um funcionamento não metafórico da infância e, portanto, incapaz de simbolizar a diferença – o real infantil –, em causa em todo tempo de infância. Em outras palavras, ambas as figuras se colarem na criança, acaba tornando de difícil acontecimento a tarefa desta – conquistar para si um lugar de palavra nos sonhos de outros.

Há tempo que suspeitamos que a economia do sentimento moderno de infância repertoriado por Ariès (1979) é objeto de transformações pronunciadas. Por sinal, ele mesmo observa, nessa entrevista concedida à Pontalis que a “criança-mártir” ou “vítima” estaria prestes a tomar o lugar da “criança-rainha”, que atravessara do século XIX para o XX. Após nosso historiador, outros fizeram a mesma constatação como, por exemplo, Laurence Gavarini e Françoise Petitot (1998).

Como poderíamos pensar tamanha substituição? Não significa encontrar a causa, mas apenas se precisar as forças que estariam em jogo no decorrer na história em curso.

A criança-rainha foi fabricada pela singular ocupação e preocupação que os adultos passaram a dedicar às crianças no decorrer dos tempos modernos. A vida junto às crianças foi se alterando. Elas foram retiradas, paulatinamente, tanto das ruas quanto das casas e das oficinas dos outros, onde aprendiam coisas do mundo adulto para serem colocadas em escolas e internatos com vistas a se prepararem para algum dia estarem prontos para entrar de vez no mundo dos grandes. Passaram a ocupar um lugar central na família, que, por sua vez, passou a se fechar ao olhar dos outros. Mas essas mudanças, que tocavam em cheio a família e as suas crianças, deram-se simultaneamente a outras. Por exemplo, foi-se instaurando aos poucos uma diferença entre público e privado, entre a sociabilidade e a intimidade. Nesse processo, a religião deixou, aos poucos, de dar fundamentos à vida pública, à política e à ciência para tão só dar reconforto à alma de alguns diferentes de outros que param de botar créditos no além do mundo dos homens. Em suma, o mundo do homem, cujas fronteiras o humanismo renascentista começara a expandir, acabou virando um universo aberto por definição e mais ainda tencionado pelos sonhos de um tempo futuro que não seria mais a reiteração do passado.

Os espíritos se revolucionaram na passagem do século XVIII para o XIX. Eles fizeram seu, o sonho de Rousseau, e assim deram novas energias ao século extinto das luzes: sendo injustificados os privilégios de origem, a liberdade do homem consiste em autorizar-se de si mesmo junto a outros para, assim, contratar formas de vida social. Desta forma, um novo humanismo emergiu. Entre aquele dos renascentistas e este outro dos revolucionários, uma diferença se estabeleceu. O primeiro era estático, fixo no interior

dos limites essenciais de uma natureza humana; este outro, moderno, pelo contrário, implicava na liberdade do homem de deixar para trás as ataduras da mesma.

Como afirmei em *Figuras do Infantil* (2009), as crianças passaram, assim, a ser depositárias da diferença que os modernos, aos poucos, foram projetando para frente e, desta forma, a abrir, no ponto de fuga do horizonte, a possibilidade de um tempo futuro. Ocupar-se e preocupar-se com as crianças era gestar uma diferença no âmago dos tempos e, assim, a criança passou a ser a rainha em um tempo em que os reis começaram a deixar de reinar.

Entretanto, a “criança vítima” é aquela cujo reinado não brilha mais. Enquanto a criança-rainha era o duplo de adultos preocupados e ocupados, esta outra é o duplo de um mundo adulto que não se interessa mais nelas. O desinteresse, o fastio e a hostilidade adulta para com a criança retornam como todo recalcado, dando, assim, corpo a uma criança sempre vítima dos adultos. A criança vítima é o reverso da majestade daquela anterior. Aquela que era fundo passou a ser figura, indicando, assim, que a correlação das forças do mundo, que outrora fabricou a majestade da criança, fora alterada.

Mas – atenção – a “criança vítima” faz, às vezes, daquela árvore que não deixa ver o bosque. Sonhamos-a para, assim, reconfortarmos nossas consciências. Isto é, para não nos dar de cara com aquela figura do infantil que emerge do umbigo dos sonhos atuais, que é o “extraterrestre”. Esta é a matriz daquela primeira – a sua máscara.

Para as crianças de hoje, não é bom augúrio. Porém, como o tempo não volta atrás, só cabe libertarmos as forças do futuro aqui na terra e, para tanto, devemos interrogar essa tentativa adulta de sonharas crianças como habitantes de outro planeta, dos quais, de fato, nada sabemos, embora tudo possamos, cientificamente, supor. Da nossa relação com esses seres de outro planeta, nada de nossa infância é passível de retorno.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Enfance et histoire: destruction de l'expérience et origine de l'histoire*. Paris: Payot, 1978.

ARIÈS, P. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1973.

ARIÈS, P. *L'enfant*(Entretien). In: PONTALIS, Jean-Baptiste. *L'enfant*. Paris: Gallimard, 1979.

GAVARINI, L.; PETITOT, F. *La fabrique de l'enfant maltraité*. Ramonville: Erès, 1998.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.

LAJONQUIERE, L. de. *Figuras do infantil: a psicanálise na vida cotidiana com as crianças*. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAJONQUIÈRE, L. de; PEREIRA, M. Le Roman familial contemporain et l'enfant symptôme. *Le Télémaque*, n. 42, p. 41-58, 2014.

POSTMAN, N. *Il n'y a plus d'enfance*. Paris: INSEP, 1983.